



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Registro Civil Nacional (PL 1.775/2015)

Fiscalizações relacionadas

Pedro Coutinho Filho

Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti

Brasília, 6 de outubro de 2015

Secretaria de Fiscalização de TI

Fiscalizar a gestão e o uso de recursos de TI pela APF

Licitações e
Contratos

Sistemas de
informação

Governança e
Gestão

Segurança da
Informação

Bases de
dados

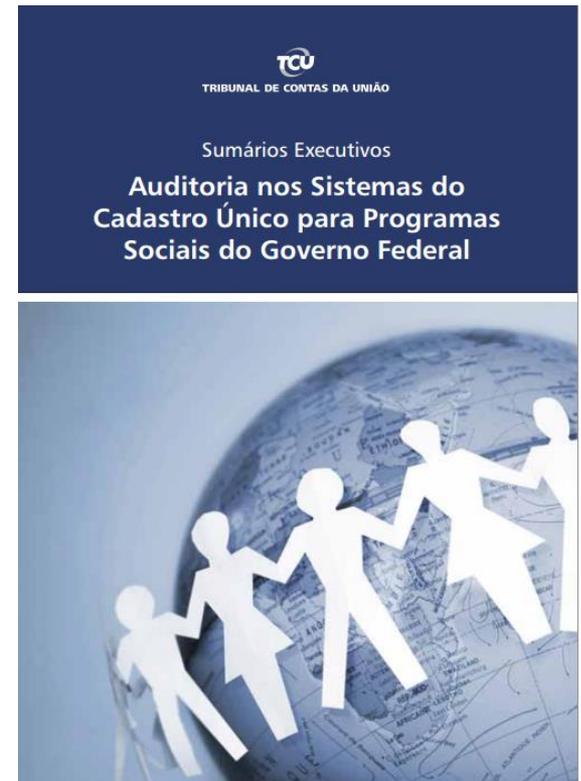
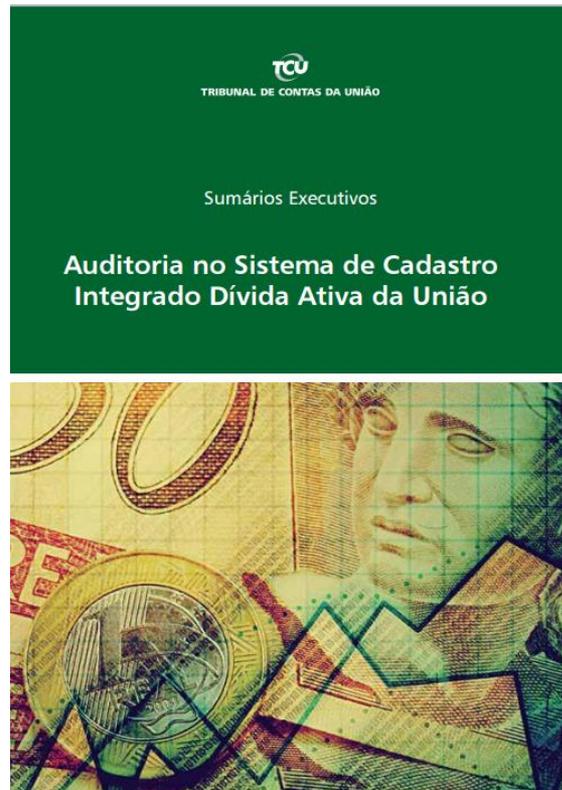
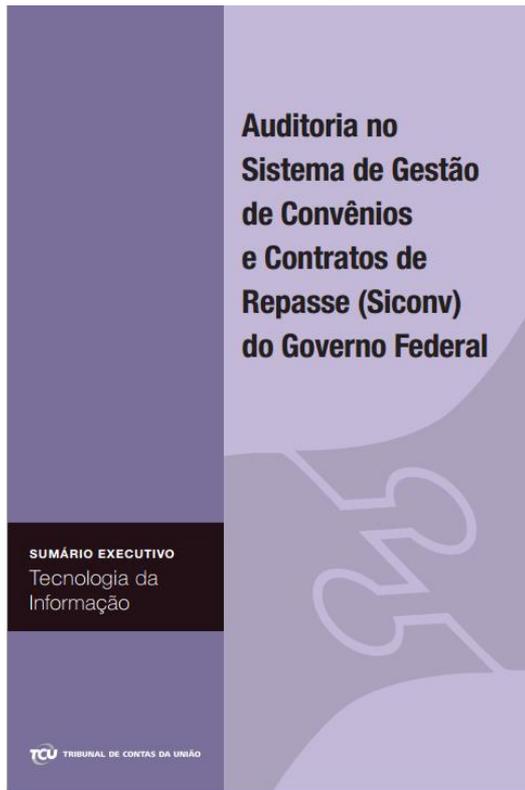
Governança e
Gestão Pública

Serviços públicos
(eGov)

Desenvolvimento
digital

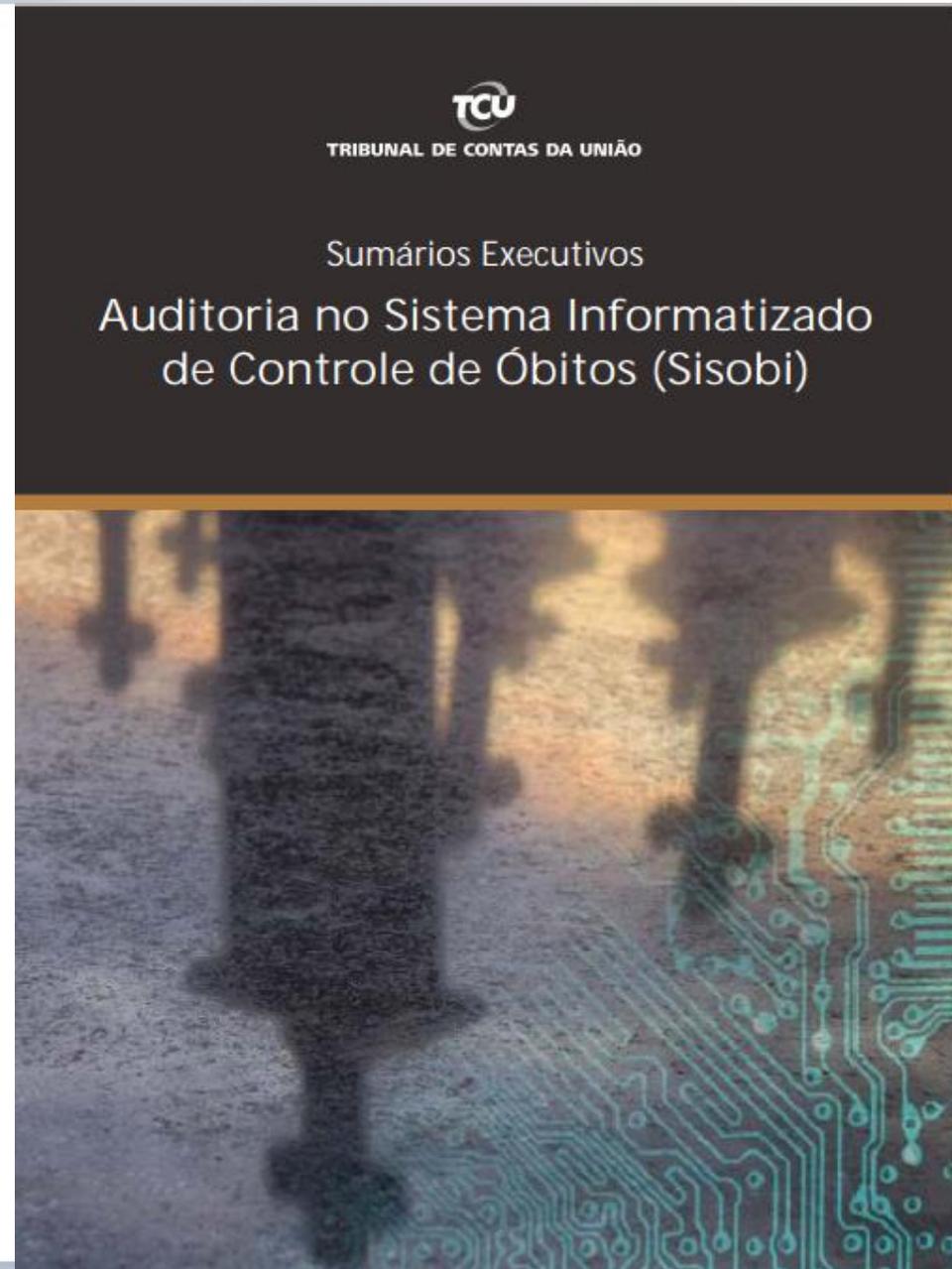
Auditorias de Dados

www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti

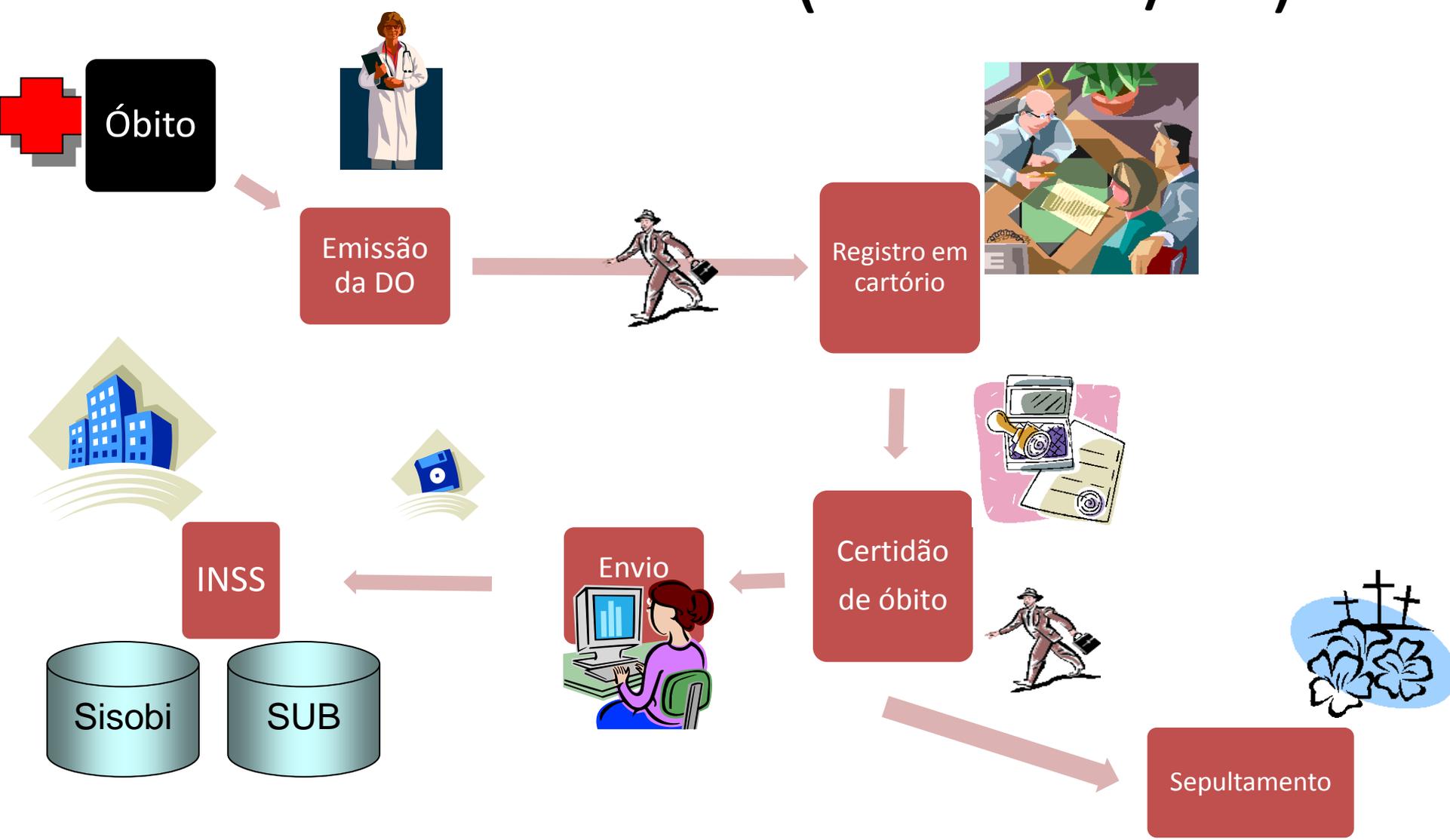


Acórdãos 2.812/2009 e 2.367/2014-Plenário

- Gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
- Desenvolvido pela Dataprev
- 15 milhões de óbitos até 2012
- 79 milhões em benefícios financeiros e 347 milhões em apuração



O Fluxo do Óbito (Lei 8.212/91)



Achados – Auditoria Sisobi

- Benefícios ativos para titulares falecidos (33.104)
- Benefícios com ocorrência de crédito após o óbito (525 mil casos)
- Benefícios ativos sem nome materno registrado (2.732)
- Registro de óbitos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e ausentes no SisObi (1,312 mi)
- CPF inválido em 69% dos óbitos

Achado XVIII - Inexistência de um número que identifique unicamente cada cidadão

“o atual sistema de identificação civil do Brasil é a porta de entrada para diversas fraudes, gerando prejuízos consideráveis, embora não precisamente quantificáveis, para todos. A multiplicidade de identificadores presentes atualmente na realidade brasileira permite a ocorrência de vários tipos de irregularidades”

Possíveis problemas

- multiplicidade de um mesmo tipo de identificador para uma mesma pessoa natural, como dois ou mais números de CPF
- existência de um identificador que não corresponda a uma pessoa natural “real”
- inconsistências de informações nas diversas bases cadastrais governamentais. Ex.: na Previdência Social, o estado civil de alguém é solteiro, e, perante a Receita Federal, divorciado

Possíveis problemas

- alteração da data de nascimento real, com o objetivo de usufruir direitos incompatíveis com a idade
- alteração da data de falecimento real, de forma a burlar controles
- curiosidade, à época: 49.177 registros de titulares de benefícios com idade acima de 100 anos, sendo que o mais velho teria 156 anos de idade. Segundo, Guinness, 2009, o homem mais velho: 111 anos, mulher: 115 anos

Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc)

- Decreto 8.250/2014
- Substitui o SisObi - nascimento, casamento, óbito e natimorto
- Gerência e desenvolvimento: INSS e Dataprev

Auditoria no Departamento de Polícia Federal

- Acórdãos 889/2007 e 2.166/2013–Plenário
- Representação da unidade técnica que avaliou práticas de governança e de gestão no DPF
 - Questão de dependência em relação ao fornecedor da solução do sistema de identificação de digitais

Auditoria no Departamento de Polícia Federal

- Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais (AFIS)
 - Adquirido em 2004
 - Digital
 - Passaporte
 - Criado com função de identificação criminal
 - Convênios com secretarias de segurança pública
 - Integração com duas bases estaduais (BA e RO)

Registro Identidade Civil (Lei 9.454/1997)



Recadastramento Eleitoral

Em março/2015: 24,5 de 143 milhões de eleitores (17%)



Acórdão 2.166/2013-Plenário

Alertar Ministério da Justiça, TSE e DPF quanto aos riscos decorrentes da demora na tomada de decisões estratégicas acerca da expansão do sistema AFIS e dos possíveis impactos:

- projeto do RIC
- recadastramento eleitoral
- integração do RIC com sistemas estaduais
- atraso nos benefícios

Obrigado!